

Dispensa de licenciamento é “Frankenstein”, afirma Minc

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, classificou ontem como “Frankenstein” o projeto que simplifica o licenciamento ambiental para a recuperação de estrada. Minc (na foto, ao lado de Renato Casagrande) defendeu a aprovação da medida que regulariza terras na Amazônia e destacou a meta de reduzir o desmatamento na região em 70% até 2017. A medida gerou debate entre os senadores e foi alvo de duras críticas de Marina Silva. **3**



Foto de José Cruz



A Contag reuniu em Brasília cerca de 5 mil agricultores de todo o país, no 15º Grito da Terra. A principal reivindicação dos manifestantes é a destinação de R\$ 22 bilhões para o Plano Safra 2009/2010.

José Cruz

Fora do comando da CPI, oposição impede votações

O líder do DEM, José Agripino, informa que a oposição vai obstruir as votações em protesto contra a decisão do governo de não ceder a presidência da CPI da Petrobras

A determinação dos governistas de ficar com o comando da CPI foi comunicada a José Agripino pelo líder do PMDB, Renan Calheiros. “Se eles têm número na CPI para eleger o presidente e o relator, nós temos número para votar o que é do nosso interesse, e nosso interesse agora é derubar o Fundo Soberano”, reagiu Agripino. Ele considerou “muito ruim” iniciar os trabalhos da CPI “passando para a sociedade” a imagem de que esta será uma comissão de um lado só. Os partidos começaram ontem a indicar os integrantes da comissão. **3**



Genildo Magella

Agripino diz que Petrobras é “caixa-preta” que será passada a limpo



Jonas Pereira

Renan: acordo entre governo e oposição seria “o melhor caminho”

Projeto estimula a produção rural

A Comissão de Agricultura aprovou projeto que restabelece isenção previdenciária sobre vendas de semente e material genético. **6**

Sarney elogia o “Google das leis”

O presidente do Senado, José Sarney, assistiu ontem a uma apresentação sobre a ferramenta de busca pela internet LexML. **2**

Homenagem ao senador que foi “o símbolo maior da ética”

O Plenário do Senado homenageou ontem a memória do senador Jefferson Péres pelo primeiro aniversário de sua morte, ocorrida em 23 de maio de 2008. Da tribuna, 17 senadores exaltaram a dignidade, a honestidade e a coerência do parlamentar que representava o estado do Amazonas. Autor do requerimento de homenagem, Jefferson Praia afirmou que Jefferson Péres foi “o símbolo maior da ética na vida pública”. **4**

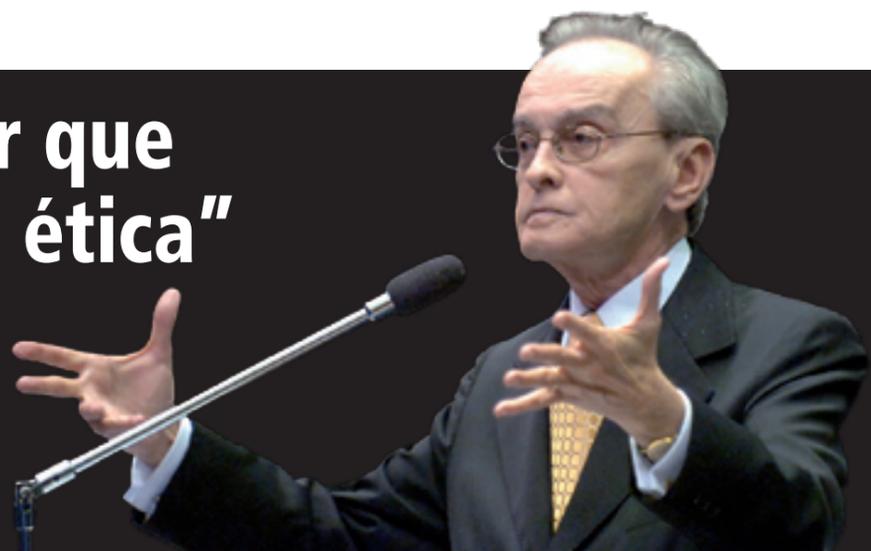


Foto de Leopoldo Silva

Presidente do Senado classificou o LexML, que reúne leis, decretos, acórdãos, súmulas e outros documentos legais de todo o país, como "serviço extraordinário" ao cidadão

Sarney elogia nova ferramenta de busca legislativa

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, assistiu ontem a uma apresentação sobre a ferramenta de busca pela internet LexML, que será inaugurada no dia 30 de junho. O principal objetivo da novidade, desenvolvida com participação da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), é ampliar o acesso a informações legislativas e jurídicas disponíveis nos diversos sites mantidos pelo poder público, facilitando assim as pesquisas e aumentando a segurança de quem consulta, já que os dados vão estar concentrados num único local. Ao lado dos senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), da secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, e do diretor-geral, José Alexandre Gazineo, além de funcionários que assistiram à apresentação, Sarney expressou seu desejo de que esse instrumento seja útil para o cidadão.

– O que estamos procurando fazer é propiciar o acesso direto, que vai facilitar muito a vida de todos aqueles que utilizam a

internet, para que ela possa ser um instrumento de melhoria da vida dos cidadãos. É um serviço tão extraordinário quanto o Siga [sobre o orçamento], que tem milhões de consultas. E essas são coisas que, muitas vezes, passam ao largo do que o grande público vê de nossas instituições – afirmou Sarney.

Ele lembrou que desde o início dos anos 60 o Brasil tentava ser vanguarda nessa área, tanto quanto a Bélgica, que se dedicava a projeto semelhante. Mas com o avanço tecnológico mundial, o Brasil foi ficando para trás, "e o Senado realmente não se transformou nesse grande centro de informação legislativa que tentava ser". Sarney explicou que, a partir daí, cada organismo público resolveu ter seu próprio banco de dados, o que dificulta as pesquisas, deixando-as mais lentas e demoradas.

– Eu fui um dos primeiros da Casa a se dedicar a isso. Nós buscávamos ser o grande centro de informação legislativa do país – destacou o presidente.

Mais completo portal para pesquisar leis

Técnicos do Prodasen explicaram como funciona a mais completa ferramenta para facilitar à população o conhecimento das leis e das interpretações delas pelos tribunais – as chamadas jurisprudências. Essa espécie de "Google das leis" chama-se LexML e pode ser acessado pelo endereço www.lexml.gov.br/.

A tecnologia foi apresentada pelo diretor do Prodasen, Deomar Rosado, e pelo analista de informática João Lima. O portal reúne leis, decretos, acórdãos, súmulas e projetos de leis, entre outros documentos das esferas federal, estadual e municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

É uma rede de informação legislativa e jurídica que pretende organizar, integrar e dar acesso fácil às informações oferecidas pelos diversos portais de órgãos governamentais na internet.

O projeto LexML Brasil nasceu no Prodasen há nove anos e vem sendo conduzido por um grupo da Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle – TI-Controle.



Sarney (à dir., no sofá), outros senadores e diretores da Casa assistem a apresentação sobre funcionamento do LexML

Prefeito de Caracas: não é hora de entrar no Mercosul

O prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, manifestou-se contra o ingresso, neste momento, da Venezuela no Mercosul. Ele afirmou – em carta enviada ao presidente do Senado, José Sarney – que a população venezuelana apoia a posição do senador em favor de que se cumpram as condições democráticas para a adesão daquele país ao bloco. Sarney encaminhou a carta na segunda-feira à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), à qual cabe votar o parecer sobre o pedido de ingresso da Venezuela antes da votação em Plenário.

"Seria um precedente muito grave admitir no Mercosul um presidente [Hugo Chávez] cujas ações demonstram uma escalada autoritária; que não crê nos princípios de mercado, de processo de integração", diz a carta. Segundo Ledezma, "o governo central da Venezuela tem, desde o início, hostilizado de forma inaceitável os que foram eleitos como representantes em nível local e regional, negando-lhes o direito de exercer suas responsabilidades pelo simples fato de serem de oposição", o que se configuraria num "golpe de Estado à Constituição".

O prefeito de Caracas expressa ainda, "em nome dos setores democráticos da Venezuela" e em seu próprio nome, o reconhecimento pelas recentes declarações de Sarney em defesa da América Latina em geral e por seu apoio à democracia na Venezuela, em particular.

Mangabeira Unger quer ações para o Nordeste

O ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger, conversou ontem com José Sarney sobre o desenvolvimento do Nordeste. Mangabeira se disse entusiasmado com o potencial de desenvolvimento da região, mas aflito com o escasso tempo para fazer avançar aquela economia.

– Não ha solução para o Brasil sem solução para o Nordeste, onde vivem 30% da nação.

De acordo com o ministro, os nove governadores nordestinos decidiram encaminhar ao presidente Lula um pedido de reunião para discutir um projeto comum para a região.

Mangabeira Unger falou também da Medida Provisória 458, já votada na Câmara e que aguarda deliberação no Senado.

– Não me cabe avaliar o trabalho do Congresso, mas a regularização fundiária incorporada nessa MP trata do problema prioritário da Amazônia. Se não resolvermos esse problema, não avançaremos em qualquer outra frente. Eu fico preocupado ao ouvir as muitas distorções a respeito da regularização fundiária suscitadas no curso do debate desse grande problema. É um equívoco dizer que a regularização fundiária legítima a grilagem. É o oposto, a grilagem é feita na Amazônia por máfias que se beneficiam da falta de regularização – afirmou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Criação do Fundo Soberano abre a pauta

A sessão é deliberativa, às 14h. A pauta continua transcrita por cinco projetos de lei de conversão (PLVs 5, 6, 8, 9 e 10, provenientes das medidas provisórias 452, 453, 455, 458 e 457) e pela MP 456/09, que aumentou o salário mínimo de R\$ 415 para R\$ 465 a partir de 1º de fevereiro de 2009.

Sarney recebe presidente do Senado da Bolívia

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 11h, no Salão Nobre, o presidente do Senado da Bolívia, Oscar Ortiz; às 12h30, a presidente do PMDB, deputada Íris de Araújo. Às 15h, Sarney participa, no Centro Cultural Banco do Brasil, da entrega da Medalha de Ouro do Serviço Público ao ministro Marcos Vilaça, do Tribunal de Contas da União. Às 16h, preside a ordem do dia.

Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo

Às 9h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) instala a Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado.

Voz do Brasil em debate na CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) se reúne às 8h30 para analisar proposta sobre a obrigatoriedade de emissoras de rádio transmitirem o programa oficial dos Poderes da República (*Voz do Brasil*). Da pauta de 52 itens, 48 dispõem sobre autorização para emissoras de rádio e TV.

CPI da Pedofilia realiza audiência

Participam de audiência na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), do Instituto Childhood (WCF-Brasil), do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e da Associação Brasileira de Psicoterapia Cognitiva (ABPC).

Presidente do BNDES fala sobre crise financeira

As medidas adotadas para o enfrentamento da crise econômica serão debatidas, às 10h, com a presença do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, em audiência conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Serviços de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade.

Educação discute pirataria

A Comissão de Educação (CE) realiza, às 9h, seminário sobre tributação e a prática de pirataria no Brasil. Entre os convidados, estão o secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria do Ministério da Justiça, André Luiz Barcellos, e a diretora-executiva do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, Patrícia Blanco. Participam os senadores Flávio Arns (PT-PR), presidente da CE, e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

CCJ analisa criação do Ministério da Pesca

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne para analisar três projetos: o que transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura, o que modifica o quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e o que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO). Em seguida, a comissão vota 14 indicações para o Conselho Nacional de Justiça.

Presidente do Bacen avalia último semestre

As comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado, em conjunto com as comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação; Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara, além da Comissão de Orçamento do Congresso, irão se reunir para ouvir o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o órgão deve apresentar avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas das políticas monetária, creditícia e cambial.

Minc pede aprovação de MP que regulariza terras na Amazônia

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, defendeu a aprovação da medida provisória que regulariza terras da Amazônia Legal como sendo "essencial para o combate ao desmatamento". A afirmação foi feita ontem à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A MP 458/09 foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 13 e já chegou ao Senado. O ministro pediu aos senadores que impeçam a aprovação de emendas que prejudiquem o objetivo final da proposta.

– Dar com uma mão e sem nenhuma restrição é como dar o título numa mão e a motosserra numa outra. Faço um apelo para que não permitam o retrocesso em alguns pontos – disse Minc.

Já a MP do licenciamento ambiental das estradas (MP

452/08), também na pauta do Plenário, foi criticada pelo ministro. A matéria, que regulariza e simplifica o licenciamento ambiental para a recuperação de estradas, foi classificada por Minc como "Frankenstein". O comentário do ministro se referiu ao fato de a medida tratar de três assuntos distintos (entre eles, o Fundo Soberano do Brasil).

Minc criticou o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que, de acordo com ele, teria pressionado a Câmara dos Deputados a modificar o texto original e disse que, caso o Senado o aprove sem alterações, solicitará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o veto em parte.

O ministro apresentou meta de reduzir o desmatamento na Amazônia em 70% até 2017.



Casagrande (E) em audiência com Minc: meta de reduzir desmatamento em 70%

Acolhida pela Câmara, proposta divide opiniões no Senado

A medida provisória que permite a regularização fundiária na Amazônia suscitou debate entre os senadores na audiência com o ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente. Para o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Renato Casagrande (PSB-ES), a Câmara melhorou o texto da MP 458/09. Marina Silva (PT-AC), por outro lado, afirmou que a proposta tem problemas de origem, como permitir o resgate de 67 milhões de hectares da floresta a pessoas privadas.

– Isso é terra que está sendo subtraída do povo brasileiro e já está indo na linha de fato consumado – protestou.

João Pedro (PT-AM) criticou a parte do projeto que prevê a negociação das terras após

três anos de concessão. Gilvam Borges (PMDB-AP) sugeriu a inclusão na MP da formação de grandes brigadas florestais, que classificou como guardiães da floresta, com forte poder de fiscalização.

Gilberto Goellner (DEM-MT) defendeu a descentralização de parte das atividades federais de preservação para os municípios. Jefferson Praia (PDT-AM) pediu mais pressão sobre as autoridades governamentais para as políticas ambientais. Valdir Raupp (PMDB-RO) lembrou que a Amazônia tem ainda 83% da sua floresta preservada. Valter Pereira (PMDB-MS) aproveitou para pedir ao ministro socorro ao Pantanal, que já está sofrendo com a estiagem.

ANA: diretores podem ser reconduzidos

Dois diretores da Agência Nacional de Águas (ANA), Dalvino Troccoli Franca e Bruno Pagnoccheschi, tiveram a indicação de recondução ao cargo aprovada por unanimidade na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Na sabatina, Troccoli destacou desafios da ANA para os próximos anos, como a gestão integrada de águas fronteira-

ças, a implementação do plano estratégico das bacias dos rios São Francisco e do Araguaia, e a construção de eclusas no rio Tocantins. Já Pagnoccheschi defendeu uma melhor estruturação do acervo hídrico brasileiro, incluindo a adoção de planos estratégicos para as maiores bacias. As indicações agora vão para votação do Plenário.

José Agripino informa que a oposição tentará impedir votações no Plenário devido à decisão do governo de ocupar a relatoria e a presidência da comissão de inquérito

CPI da Petrobras: protesto da oposição obstrui pauta

O LÍDER DO DEM, José Agripino (RN), informou que a oposição vai obstruir as votações no Senado em protesto por decisão do governo de não ceder a presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras a um opositor.

De acordo com Agripino, a decisão foi comunicada ontem, a ele, pelo líder do PMDB, Renan Calheiros (AL).

– Se eles têm número na CPI para eleger o presidente e o relator, nós temos número para votar o que é do nosso interesse e nosso interesse agora é derrubar o Fundo Soberano [a MP 452/08] – afirmou Agripino.

O senador considera "muito ruim" começar a investigação na CPI "passando para a sociedade a imagem que esta será uma comissão de um lado só".

– Manteremos na CPI uma postura equilibrada, altiva e serena. A Petrobras é uma 'caixa preta'



Agripino, líder do DEM: nosso interesse agora é derrubar o Fundo Soberano

que vamos abrir e passar a limpo. Se as evidências dos fatos forem muito fortes, são os fatos que vão sobressair e não quem tem maioria ou minoria – disse.

A definição dos integrantes da CPI da Petrobras deve ocorrer hoje. Já para a CPI da Amazônia, o PTB indicou Mozarildo

Cavalcanti (RR) como titular e João Vicente Claudino (PI) para suplente. Indicados pelo DEM, estão confirmados dois titulares – Jayme Campos (MT) e Gilberto Goellner (MT) – e um suplente, o senador Adelmir Santana (DF). No total, cada comissão terá 11 titulares e 7 suplentes.

Definição de integrantes deve ocorrer hoje

Apenas PTB e PDT indicaram ontem os nomes dos senadores que farão parte da CPI da Petrobras. Teoricamente, o prazo para indicação terminaria ontem e, a partir de hoje, caberia ao presidente da Casa, José Sarney, fazer, em um prazo de três sessões deliberativas, as nomeações para as vagas existentes. Mas a expectativa é que Sarney confirme os nomes que os líderes partidários apontem, ainda que após o prazo.

A Secretaria-Geral da Mesa divulgou ontem os nomes dos três senadores já indicados pelos líderes para participar da CPI. Pelo PTB são Fernando Collor (AL), como titular, e Gim Argello (DF), como suplente. O PDT indicou Jefferson Praia (AM).

Quando ao impasse sobre a presidência da comissão, Renan Calheiros afirmou que um acor-



Acordo sobre presidência e relatoria da CPI seria "o melhor caminho", diz Renan

do entre governo e oposição seria "o melhor caminho".

O líder do PMDB disse ainda que os três nomes do seu partido que comporão a comissão ainda estão sendo negociados. "A bancada é muito grande, são

20 parlamentares", explicou.

O senador acredita que as conversas para definir quem ocupará os cargos de direção da CPI só começarão, na verdade, quando os membros da comissão já estiverem definidos.

Investigação terá efeito saneador, afirma Colombo



Para Colombo, objetivo é aumentar a transparência no uso dos recursos

A CPI da Petrobras terá efeito saneador e contribuirá para a transparência no uso de recursos públicos. A opinião é de Raimundo Colombo (DEM-SC).

Ele considerou falsa a alegação do governo de que a CPI é política e que visa privatizar a estatal, lembrando que a estabilidade da economia decorreu, entre outros fatores, de duas comissões de inquérito, a dos Precatórios e a dos Bancos. Depois delas, observou, uma regulamentação mais rígida permitiu

a fiscalização "completa, correta e eficaz" dos bancos, tornando-os mais sólidos. Ele contou ainda estar recebendo mensagens de funcionários e aposentados da Petrobras, preocupados com a politização da estatal, visível na ocupação dos cargos de direção, na atuação da companhia e no excesso de publicidade.

– Se a Petrobras é de todos nós, ela deve demonstrar isso sendo transparente. Não é crime de lesa-pátria pedir informações – enfatizou.

Senadores são premiados por desempenho

O 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), e a 2ª vice-presidente, Serys Slhessarenko (PT-MT), receberam ontem o Prêmio Mérito Legislador 2008, no auditório do Interlegis – comunidade

virtual do Poder Legislativo. Também receberam a estatueta que simboliza a premiação outros 62 senadores, entre eles o presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), que foi representado pelos vice-presidentes.

A premiação foi promovida pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiros (Idelb) em parceria com o Senado Federal e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Foram 150 parlamentares brasileiros agraciados:

além dos 64 senadores, sete deputados federais, 26 deputados estaduais e 26 vereadores, todos autores ou relatores de propostas legislativas consideradas importantes para o desenvolvimento do país.

Senado homenageia memória de Jefferson Péres

Na abertura da sessão de ontem, o Plenário homenageou a memória do senador Jefferson Péres pelo primeiro aniversário de sua morte, ocorrida no dia 23 de maio de 2008. Jefferson Praia (PDT-AM), suplente de Péres e autor do requerimento, disse que o homenageado foi “o símbolo maior da ética na vida pública”.

– Enfatizo, neste momento, a clarividência intelectual e o espírito público desse homem extraordinário recorrendo a textos de sua autoria – afirmou Praia, referindo-se, entre outros, a um artigo do falecido senador publicado no jornal *A Crítica*, de Manaus, chamado “Os doze mandamentos do (bom) governante”. Segundo Praia, os

três primeiros itens sintetizam todo o pensamento de Péres:
 1 – Colocar o interesse público acima de todas as coisas.
 2 – Honrar o juramento de cumprir a Constituição e as leis.
 3 – Não roubar e não deixar roubar. Tolerância zero com todos os atos de corrupção.



Em seu discurso, Mão Santa (à esq.) destaca a semelhança, pela estatura moral, do falecido senador amazonense (foto menor) com Ruy Barbosa, patrono do Senado



Gerardo Magela

Roosevelt Pinheiro

MOZARILDO CAVALCANTI

Um político de esquerda, mas da esquerda moderna, descreveu Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Jefferson Péres desencantou-se com a política, o que muitos lamentaram, pois “se os decentes não quiserem entrar para a política, eles serão os maiores colaboradores para que os maus políticos prosperem”.

MÃO SANTA

Mão Santa (PMDB-PI) destacou “o exemplo de coerência entre o discurso e a prática” de Jefferson Péres, que, assim como Ruy Barbosa, patrono do Senado, teve grande estatura moral na defesa do país: “Esses dois homens retratam e simbolizam o Senado” – afirmou.

Firmeza na defesa da Ética marcou atuação

Jefferson Péres foi senador pelo PDT do Amazonas. Nasceu em Manaus, em 1932. Formou-se em Direito e em Administração de Empresas. Foi professor de Economia na Universidade do Amazonas e membro do Conselho de Educação daquele estado. Fez pós-graduação em Ciência Política e em Administração Pública. Exerceu cargos na Justiça do Amazonas, foi vereador e eleito senador pela primeira vez em 1994.

Consagrado em 2002 com mais de 500 mil votos, ficou conhecido pelas posições firmes e atuação marcada pela ética. Em 2000 destacou-se como relator do processo no Conselho de Ética que levou à cassação do então senador Luiz Estevão. Em maio de 2003 deixou o conselho por discordar das suas decisões. Em agosto de 2006 anunciou que deixaria a política em 2010.

– Não quero mais viver a vida pública. Vou cumprir o mandato que o povo do Amazonas me deu, não vou me silenciar, mas não me candidatarei em 2010. A classe política apodreceu há muito tempo – afirmou Jefferson Péres.

MARCO MACIEL

Para Marco Maciel (DEM-PE), a pregação de Jefferson Péres expressava que o exercício da cidadania não pode e nem deve restringir-se ao ritual das eleições, pois a democracia implica assegurar acesso amplo a educação, saúde, trabalho e previdência social adequada na velhice.

ROBERTO CAVALCANTI

Ele não escolheu representar a ética. Antes, parece ter sido escolhido pela ética – afirmou Roberto Cavalcanti (PRB-PB) durante a homenagem a Jefferson Péres, recordando que mostrou ser possível “divergir sem desrespeitar, criticar sem agredir e fazer política sem transigir com a ética”.

EDUARDO SUPLYCY

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que Jefferson Péres foi um dos principais críticos das medidas provisórias, por entender que elas usurpam as atribuições do Legislativo, além de considerar a ideia de um terceiro mandato para o presidente Lula uma ameaça à democracia no país.

OSMAR DIAS

Osmar Dias (PDT-PR) falou do seu eterno respeito: “Quem teve a vida que Jefferson Péres teve, de dignidade, coerência e de postura reta, pode descansar tranquilo porque tem o respeito, o carinho e a admiração de todos e isso é o que vale” – declarou.

FLEXA RIBEIRO

Segundo Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a honestidade foi a grande lição deixada por Jefferson Péres, ao ensinar que ser honesto é a melhor maneira de viver, sobretudo na política. “Quem conviveu com ele sempre terá a luz de sua presença a guiá-lo” – ressaltou.

PEDRO SIMON

Na opinião de Pedro Simon (PMDB-RS), a melhor homenagem que se pode prestar a Péres é seguir a sua receita de um país mais digno, justo e ético. Infelizmente, disse, as palavras de Péres contra a falta de ética, a corrupção e a barbárie humana continuam atuais.

ARTHUR VIRGÍLIO

Emocionado, Arthur Virgílio (PSDB-AM) recordou a convivência com o homenageado para ressaltar que, após seu pai ter o mandato cassado, só pessoas como Jefferson Péres mantinham amizade “com uma pessoa que não era bem vista pelo regime militar”.

HERÁCLITO FORTES

Jefferson Péres tinha um peso tão significativo na Comissão de Relações Exteriores que, na dúvida, muitos senadores esperavam o seu voto para se orientar, relatou Heráclito Fortes (DEM-PI). “Perdemos um senador que era referência”, resumiu.

JOÃO PEDRO

“Jefferson Péres fazia discursos curtos, sem alterar a voz, mas sua palavra era uma navalha”, disse João Pedro (PT-AM), destacando que Péres faz falta como representante da Amazônia e “também como profundo estudioso e debatedor dos problemas nacionais”.

CRISTOVAM BUARQUE

Entre suas maiores alegrias no Senado, Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou o convívio com Péres, seu companheiro de partido, especialmente na campanha de 2006, em que concorreram à Presidência e à Vice-Presidência da República: “essa alegria eu levei comigo” – afirmou.

ÁLVARO DIAS

“Discursos sucintos, mas fulminantes, que atingiam com veemência os pontos fracos da organização social e política” do Brasil. Assim Alvaro Dias (PSDB-PR) caracterizou Jefferson Péres, citando frase que foi projetada em Plenário: “Quem caminha com o povo nunca está sozinho”.

GARIBALDI ALVES

“Se há um homem que está fazendo falta neste momento da vida política brasileira, esse homem chamou-se Jefferson Péres”, disse Garibaldi Alves (PMDB-RN). Segundo ele, o ex-senador inibia e intimidava os que protegiam atos de corrupção ou praticavam atitudes contrárias à ética.

JOSÉ AGRIPINO

Líder do DEM, José Agripino (RN), declarou ter Jefferson Péres como “referência de comportamento coerente e probidade”. – Como nos têm feito falta a presença de Jefferson e seus discursos cortantes! Falava pouco, mas falava o necessário, com a contundência necessária.

INÁCIO ARRUDA

Sempre era interessante dialogar com Jefferson Péres, disse Inácio Arruda (PCdoB-CE), porque ele enfrentava todos os temas: “Não tinha receio de expor sua posição para debate, mesmo com quem tivesse opinião divergente. Essa é uma postura que eleva o caráter das pessoas”.

Comissão de Orçamento aprova R\$ 492 milhões para obras em portos

A Secretaria Especial de Portos pode receber recursos da ordem de R\$ 492 milhões para executar obras de dragagem e adequação da navegabilidade em diversos portos do país. É o que determina proposta aprovada ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Segundo o projeto (PLN 1/09), os portos a serem beneficiados são os do Rio de Janeiro, Vitória, Itaguaí (RJ), Recife, Suape (PE), Natal, Salvador, Aratu (BA), Santos (SP), Paranaguá (PR), Rio Grande (RS), São Francisco do Sul (SC) e Itajaí (SC).

Após a votação dos créditos para os portos, a CMO começou a analisar o PLN 4/09,

que destina R\$ 6 bilhões para o programa habitacional do governo federal Minha Casa, Minha Vida.

A reunião, no entanto, teve

que ser encerrada devido a pedido de verificação de quórum apresentado por Efraim Morais (DEM-PB). O senador alegou a necessidade de seu partido

conhecer melhor detalhes do mérito do projeto antes de sua votação na CMO. O presidente da comissão, Almeida Lima (PMDB-SE), marcou nova sessão

extraordinária para amanhã, às 10h30.

Meirelles

Na sessão ordinária de hoje, às 14h30, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, deverá discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e das metas das políticas monetária, creditícia e cambial, avaliando seus impactos nos balanços do Banco Central no segundo semestre de 2008.

A audiência com Meirelles será realizada em conjunto com comissões da Câmara e do Senado. A prestação de contas ocorre em obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal.



O senador Almeida Lima (C) preside reunião da Comissão Mista de Orçamento, que volta a se reunir amanhã

Waldemir Bonetto

Psiquiatra lamenta redução em verba para idoso

Em audiência conjunta da CAS e da CDH, médicos pedem mais recursos para o atendimento a maiores de 60 anos pelo Sistema Único de Saúde

AO APRESENTAR AS projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que preveem para 2025 uma população de 32 milhões de idosos, a professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília (UnB) Maria Alice Toledo se disse "impressionada e chocada" com a

redução da dotação orçamentária para o atendimento ao idoso. Ela participou ontem de audiência conjunta sobre a saúde do idoso realizada pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH).

Segundo a professora, em 2008, dos R\$ 20 milhões alocados,

foram aplicados somente R\$ 6 milhões e, em 2009, a dotação orçamentária caiu para R\$ 10 milhões, dos quais foram usados somente R\$ 600 mil.

Ela também alertou para a "evolução exponencial" do mal de Alzheimer, doença degenerativa que afeta a memória. A psi-

quiatria lamentou o alto custo do exame de dosagem de vitamina B12 para detectar a doença, que assim fica restrito a pessoas de situação financeira estável. De acordo com Maria Alice, o Brasil tem hoje 74 centros de referência do idoso, o que ela considera um ganho, mas insuficiente para

suportar a demanda crescente. A médica considera fundamental capacitar os profissionais do programa Saúde da Família para o atendimento domiciliar especializado, especialmente para doentes terminais, muitas vezes abandonados pela família nos hospitais.

Ministério: assistir maiores de 60 é prioridade

José Luiz Telles de Almeida, diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, afirmou que a saúde do idoso ganhou prioridade desde 2006, com o programa preventivo "Caderneta de saúde da pessoa idosa". Dez milhões de brasileiros teriam sido cadastrados em 2008, e a previsão é de que 15 milhões o sejam em 2009. Ele esteve entre os debatedores da audiência realizada ontem pelas comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Telles de Almeida salientou que o Ministério da Saúde optou por descentralizar a administração das políticas públicas de atendimento à população idosa, a cargo dos municípios. Embora considere o Sistema Único de Saúde (SUS) "o mais arrojado sistema civilizatório que o país já ousou construir", ele reconheceu que o sistema enfrenta "grave situação de sustentabilidade" devido à crise financeira mundial e a consequente queda na arrecadação de impostos.

O representante do Ministério da Saúde ressaltou ainda o pouco interesse dos alunos de Medicina pela Geriatria e pela atenção básica à saúde, agravando, consequentemente, a carência de profissionais no interior do país. E conclamou a população idosa a participar dos conselhos municipais de Saúde e do Idoso.

– Não devemos olhar para os 32 milhões de idosos como uma catástrofe. É uma grande vitória. Isso é cidadania – finalizou.



Elisa Franco de Assis Costa (E), José Luiz Telles de Almeida, Rosalba Ciarlini, Maria Alice Toledo e João Batista de Medeiros

Maior desafio da Saúde é o envelhecimento da população

Apesar de o envelhecimento populacional demonstrar que as políticas públicas de saúde estão corretas, o Brasil enfrentará um aumento no número de doenças crônicas e incapacitantes e a ampliação dos gastos públicos em saúde. A afirmação foi feita pela médica Elisa Franco de Assis Costa, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, em audiência conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre a saúde do idoso.

– O Brasil tem três vezes mais hipertensos e três vezes mais diabéticos que o Canadá – observou.

Elisa Costa manifestou preocupação especial em relação à população dos idosos com idade igual ou acima de 80 anos, que, segundo ela, cresceu 65% nos últimos anos. Ela ressaltou que o SUS é deficiente na chamada atenção primária ao idoso, atendimento no qual poderiam ser

detectados problemas e evitadas internações, especialmente no caso do muito idoso, que, à falta de diagnóstico, acaba tendo sua incapacitação aumentada e a internação prolongada, com maiores custos.

A especialista informou que, entre 2005 e 2008, houve crescimento de 8% nos casos de fratura do fêmur em idosos, o que elevou os gastos do SUS em 20%. Ela declarou que a "grande falha" do sistema que precisa ser superada é a desconexão entre as diversas áreas de atendimento – da atenção básica à urgência.

A médica destacou ainda a necessidade de capacitar 15 mil profissionais para atender os idosos, já que hoje o país tem apenas 744 geriatras habilitados.

– A reabilitação não é prioridade no SUS. O centro de referência [do idoso] não cabe na rede SUS – disse, ao enumerar os problemas existentes.

Gerontólogo prevê "onda de idosos de rua"

A adoção de providências para valorização dos idosos é urgente, ou o país acabará tendo uma verdadeira "onda de idosos de rua". O alerta é do presidente da Associação Internacional de Gerontologia, Renato Maia Guimarães, endossado pelo gerontólogo social João Batista de Medeiros.

Em sua participação na audiência conjunta encabeçada pela CAS, Medeiros ressaltou que, em duas ou três décadas, o Brasil terá a sexta população mais idosa do mundo.

Nesse cenário, uma das medidas é assegurar a formação de especialistas, já que hoje o país tem poucas universidades que oferecem a Geriatria como especialidade. À falta desses profissionais, a situação das pessoas de terceira idade é muito preocupante nos hospitais públicos, assinou Medeiros.

Senadores vão propor melhorias no SUS, diz Rosalba

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), anunciou que, ao final das palestras, a Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde produzirá um relatório a ser entregue ao presidente José Sarney com sugestões para melhorias no Sistema Único de Saúde (SUS).

– A finalidade maior é analisar como estamos hoje e propor mudanças – disse.

O relator, e também médico, Papatão Paes (PSDB-AP) indagou aos palestrantes sobre a existência, em número adequado, de profissionais especializados no atendimento a idosos; a capacidade do SUS de atender à demanda crescente; os municípios que estariam aplicando medidas bem-sucedidas para a melhoria da saúde dos idosos; e as ações adotadas para atendimento aos portadores do mal de Alzheimer.

O presidente da subcomissão, Augusto Botelho (PT-RR), afirmou que, como integrante da Comissão Mista de Orçamento (CMO), irá propor mais verbas para os programas de atendimento aos idosos. Assinalou também a intenção de apresentar projeto de "Lei de Responsabilidade Sanitária", nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O senador José Nery (PSOL-PA), por sua vez, sugeriu o controle social dos investimentos feitos no SUS, com a participação da população idosa nos conselhos municipais de Saúde e do Idoso.

J. Freitas

Comissão de Agricultura aprova projeto que restabelece a isenção previdenciária, suprimida em 2008, sobre venda de sementes e material genético para reprodução

Produtor pode ter alívio em contribuição à Previdência

AS RECEITAS RESULTANTES de plantio ou reflorestamento e de produto animal destinado à reprodução, quando vendido pelo próprio produtor, podem ficar de fora da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física à Previdência Social. Projeto com essa finalidade foi aprovado ontem por unanimidade pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Pela proposta, também ficam isentas as receitas de produto animal destinado à utiliza-

ção como cobaias científicas e de produto vegetal para o comércio de sementes e mudas.

A exclusão dessas receitas já estava prevista na legislação, mas foi suprimida por medida provisória aprovada em 2008. O projeto (PLS 380/08), do então senador Casildo Maldaner, obteve voto favorável do relator, Raimundo Colombo (DEM-SC). A matéria segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

Maldaner explica que, com a revogação do dispositivo legal, passou a ser tributada a receita referente à venda de animais vivos e de seu material genético, o que representa duplicidade da tributação no momento da venda para abate. Se os animais forem, ainda vivos, vendidos para outro comerciante, haverá tripla incidência. Da mesma forma, a contribuição incide sobre a venda de sementes e, em seguida, sobre a produção proporcionada por essas sementes.



Proposta aprovada pela Comissão de Agricultura evita dupla tributação na venda de animais vivos e depois no abate

Alíquota zero de IR para empréstimo obtido no exterior

A Comissão de Agricultura aprovou a isenção do Imposto de Renda (IR) sobre os créditos obtidos no exterior para o financiamento da produção agropecuária destinada a exportação. O projeto (PLS 276/08), do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) e com parecer de Raimundo Colombo (DEM-SC), segue agora para análise pela Comissão de Assuntos Econômicos, na qual será votado em decisão terminativa.

Atualmente, somente os grandes exportadores têm o benefício da alíquota zero do imposto, uma vez que negociam diretamente as mercadorias com o mercado externo.

Segundo o relator, hoje o setor agropecuário exportador paga 15% do valor bruto dos juros e das comissões pagos no caso da compra de bens a prazo; e 25% em decorrência de prestação de serviço para fins de exportação.

Adiada votação de projetos sobre invasões de terra

Duas propostas que tratam do processo judicial relativo a invasões de terras foram discutidas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, mas tiveram a votação adiada por pedido de vista de senadores.

Uma delas (PLS 264/06) estabelece que a invasão seja considerada crime hediondo, modalidade que inclui os delitos com penas mais graves e com menor possibilidade de diminuição de pena. A proposta foi apresentada pela CPI da Terra.

Outro projeto (PLS 318/03), da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), torna obrigatória a consulta a órgãos governamentais, antes que o juiz conceda liminar de reintegração de posse no caso de invasão de terras. Serys explicou que o objetivo é explicitar a real posse das terras antes da decisão judicial.

Senadores vão discutir uso do pinhão-mansão

O uso do pinhão-mansão para produção de biodiesel será discutido em audiência pública na Comissão de Agricultura. O debate foi proposto pelo presidente da comissão, Valter Pereira (PMDB-MS). O senador sugere que sejam convidados o coordenador de Biocombustíveis do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Marco Antônio Viana Leite, o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Donato Aranha e o presidente da Brasil Energia, Laércio Nery.

Nativo de regiões de solos pouco férteis, o pinhão-mansão vem sendo apontado como uma opção vantajosa de matéria-prima para extração de óleo para produção de biodiesel. Além de pouco exigente em termos de adubação, a cultura é resistente a muitas doenças e a insetos, reduzindo os custos de produção.



CE quer senador como diretor-geral, mas governo apoia ex-ministro egípcio

Comissão de Educação reitera apoio a Cristovam para Unesco

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) reiterou apoio à candidatura do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ao cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Ao apresentar a proposta de moção, aprovada por unanimidade, o presidente da comissão, Flávio Arns (PT-PR), recordou que todos os senadores – à exceção de Cristovam – já haviam assinado no início do ano um documento com o objetivo de “garantir a presença do Brasil em mais um órgão técnico, político e científico com dimensão de comando internacional”.

– Estamos reiterando o apoio unânime do Senado a Cristovam Buarque – disse Arns.

Outro brasileiro que disputa o cargo é o diretor-geral-adjunto

da Unesco, Márcio Barbosa. No entanto, mesmo com os dois nomes, o governo brasileiro optou por apoiar o ex-ministro egípcio da Cultura Hosni Farouk, argumentando que isso fortaleceria a cooperação entre os países em desenvolvimento. A candidatura do egípcio, porém, tem sido muito criticada nos meios internacionais, em razão de declarações antisemitas atribuídas a ele.

Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que a moção de apoio é uma resposta à decisão do governo. Já Alvaro Dias (PSDB-PR) observou que a eleição de Cristovam seria uma vitória do Senado. A proposta recebeu ainda o aval de Roberto Cavalcanti (PRB-PB), José Nery (PSOL-PA), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Romeu Tuma (PTB-SP) e Adelmir Santana (DEM-DF).

Divergência sobre prerrogativas de universidades trava debate

Uma divergência a respeito da aplicação do conceito de autonomia universitária interrompeu as votações da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O presidente da comissão, Flávio Arns (PT-PR), foi obrigado a suspender a reunião depois que Alvaro Dias (PSDB-PR) solicitou votação nominal do Projeto de Lei da Câmara 37/08 – que denomina Professor Arthur Fonseca o campus de Sorocaba (SP) da Universidade Federal de São Carlos – em um momento no qual não havia quórum suficiente.

Primeiro item da pauta a pedido do próprio Alvaro Dias, o projeto teve parecer contrário do relator, senador João Pedro (PT-AM), sob o argumento de que a proposição deveria estar acompanhada de uma manifestação de concordância da comunidade local. Em seu voto, o relator observa que a

legislação educacional reserva às universidades prerrogativas como a de dar nomes a seus próprios campi.

Alvaro Dias fez um apelo a João Pedro para alterar seu voto e afirmou não se recordar da rejeição de nenhum projeto que desse novo nome a universidades, pontes ou rodovias. Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu a realização de uma consulta à comunidade acadêmica de Sorocaba. O relator se disse disposto a ir à cidade paulista para conversar sobre o tema. A proposta, no entanto, foi combatida por Marisa Serrano (PSDB-MS), para quem o Senado deveria ter autonomia para decidir, com o que concordou Papaléo Paes (PSDB-AP). Alvaro Dias solicitou então que a votação fosse nominal. Como o quórum não era suficiente, a reunião foi encerrada.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Mão Santa • Inácio Arruda • Jefferson Praia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Copa do Mundo no Brasil pode ter estádios solares

A Copa do Mundo de 2014 poderá ser disputada em estádios totalmente alimentados por energia solar. Esse é o objetivo do projeto Estádios Solares, do Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas na América Latina (Ideal), apresentado ontem à Comissão de Mudanças Climáticas (CMM) e ao presidente Lula em 2008.

– Dissemos ao presidente que os estádios solares fariam do Brasil

referência latino-americana na produção desse tipo de energia. Mostramos a ele os primeiros estudos da Universidade Federal de Santa Catarina – afirmou Mauro Passos, presidente do Ideal.

O trabalho abrangeu as 17 cidades candidatas a sede dos jogos e, quando a Fifa divulgar o nome das 12 escolhidas, será detalhado num prazo de três meses, de acordo com Passos. Indagado pela deputada

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sobre a viabilidade de implantar o sistema em estádios cujos projetos já foram apresentados à Fifa, Passos respondeu que não haverá problemas.

A presidente da comissão, Ideli Salvatti (PT-SC), afirmou que a Copa do Mundo do Brasil precisa de uma marca e, segundo a senadora, um projeto ambientalmente sustentável poderia ser esse diferencial.



Ideli Salvatti: CMM deve apoiar iniciativa de Passos, do Ideal

Waldemir Barreto



Romeu Tuma, Malta e José Nery debatem termo de cooperação com as empresas

Pedofilia: teles recuam e CPI as convoca para discutir acordo

O presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta (PR-ES), marcou para amanhã reunião com os advogados das concessionárias de telefonia para discutir o termo de cooperação entre as prestadoras do serviço, o Ministério Público, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça, o Comitê Gestor da Internet e a Safernet Brasil. Na reunião de ontem, Malta também comunicou que vai convocar individualmente os presidentes das empresas telefônicas para tratar do assunto.

O senador disse estar indignado com o fato de algumas empresas telefônicas terem informado à imprensa que assinaram o documento, quando, na verdade, não o fizeram. Ele frisou que apenas a TIM, a Oi e a Telemar assinaram o termo. As demais, esclareceu, chegaram a anunciar que assinariam, mas desistiram.

Magno Malta afirmou que o termo de cooperação baseou-se nas discussões entre a comissão e as empresas de telefonia. Na opinião dele, a parceria

com as teles é imprescindível, uma vez que as investigações dependem dos dados que elas detêm.

– Espero que cheguemos a um denominador comum em favor das crianças. Temos que proteger nossas crianças, seja filho de rico, de diretor de multinacional ou de desempregado – argumentou.

Segundo o advogado Luiz Fonseca, que representou as empresas na reunião da CPI, o termo de colaboração é inconstitucional, pois prevê quebra de sigilo telefônico sem a necessidade de ordem judicial. Também questões de ordem técnica, como os prazos para responder a pedidos de informações, impedem que as empresas assinem o documento nos termos propostos.

A CPI da Pedofilia aprovou ainda requerimento de Palácio Paes (PSDB-AP) para realizar audiência pública no Amapá a fim de investigar denúncias de abuso de crianças e adolescentes por parte de autoridades locais.

Mais 21 aprovados em concurso serão nomeados

O Senado publicará amanhã, no seu Boletim Administrativo de Pessoal e no Diário Oficial da União, a nomeação de mais 21 aprovados no concurso público do ano passado. Veja a lista dos nomeados:

- Analista Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico, Especialidade Engenharia: Roberto Fonseca Iannini e Paulo Seiji Kumon Zandonade.

- Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade Administração: Juliano Alves Fernandes Marchao, Breno Gomes da Silva Mesquita, Lu-

dmila Fernandes de Miranda Castro, Tahmineh Shokranian, Vítor Brito Gomes de Souza, Heloisa Guzzi Campos, Marcus Vinicius de Miranda Castro, Beatriz Almeida Lessa, Débora do Amaral e Fernando Cunha de Souza.

- Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade Administração: Clarissa Tolentino Ribeiro Sales, Virginia Machado, Humberto Gauche, Emanuela Oliveira de Azevedo, Nilson Silva Gonçalves, Jefferson Westphal Martins, Tairone Messias Rosa, Rejane Andrade de Souza Barreto e Roberta Mesquita da Silva.

Fundo de Garantia também para creches e pré-escolas

Comissão de Assuntos Econômicos aprova projeto da senadora Patrícia Saboya que inclui a educação infantil entre os setores que podem receber recursos do fundo

OS RECURSOS DO Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderão ser também utilizados para financiar a construção e a montagem de creches e pré-escolas. É o que estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLS 698/07, da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (Pronei), que visa estruturar e colocar em funcionamento unidades de educação infantil – públicas e privadas – mantidas por instituições sem fins lucrativos, gratuitas e de tempo integral.

O FGTS é a fonte de recursos para programas habitacionais,

de saneamento e de infraestrutura urbana. Em janeiro de 2007, passou também a constituir um fundo (FI-FGTS) para financiar obras do programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos setores de energia, rodovia, ferrovia, hidrovia e porto.

Segundo Patrícia Saboya, nada impede a inclusão, entre os beneficiários do fundo, de setores essenciais para a sociedade, como os programas para proteção social de crianças de seis meses até cinco anos de idade. De acordo com o projeto, a implantação das creches e pré-escolas será feita prioritariamente em comunidades de baixa renda.

Como observa a senadora, a intenção é atender a população trabalhadora, a quem pertence o FGTS, assegurando a permanência dos filhos pequenos em instituições de qualidade enquanto os pais cumprem suas jornadas de trabalho. Patrícia Saboya destaca ainda que o fundo possui “saúde financeira” para dar suporte ao novo programa. Segundo ela, as dotações atingiram R\$ 11,8 bilhões em 2007.

A proposta foi relatada pelo senador Gim Argello (PTB-DF), e agora será examinada nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), sendo, nesta última, em decisão terminativa.



Reunião de ontem na CAE, presidida por Garibaldi Alves Filho (D): Pronei deverá priorizar comunidades de baixa renda

J. Freitas

Consultor diz que Anatel não deve instruir processos

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deve perder o poder de instruir processos relacionados a questões de concorrência, segundo disse ontem o consultor legislativo Marcelo Calliari. Ele participou de debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o projeto (PLC 6/09) que cria a nova lei de defesa da concorrência. Calliari argumentou que, além de ser a única agência com essa prerrogativa, o desempenho tem sido insatisfatório.

– O papel da Anatel é um desastre. Não segue princípios de transparência nem tem “expertise” para isso.

Também participaram representantes da Secretaria de Direito Econômico (SDE) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), cuja diretora foi criticada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ) por não ter comparecido.

Renegociação de dívidas das universidades

A União poderá participar do financiamento de instituições de ensino superior estaduais e municipais e renegociar a dívida ativa das instituições privadas em troca de oferta de bolsas de estudo integrais. As medidas são previstas no substitutivo de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto (PLS 229/07) de Paulo Paim (PT-RS) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta segue para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde será votada em caráter terminativo.

Além disso, seis projetos (PLS 360/03, 207/03, 167/03, 182/06, 109/06 e 98/08), todos terminativos, foram rejeitados pela CAE. Diziam respeito, entre outros temas, a criação de fundos de agronegócios, alteração na lei da CPMF, e isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículo adquirido por corretor de imóveis.

Fusão entre Sadia e Perdigão é tema em debate na CAE

A fusão entre a Sadia e a Perdigão foi destaque nos debates da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, para discutir projeto que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (PLC 6/09). A questão foi levantada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Para o professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Nelson Nery Júnior, a união das duas empresas na Brasil Foods, procedimento hoje em análise no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), não seria possível se o PLC 6/09 já tivesse virado lei.

Em relação ao futuro da Secretaria de Direito Econômico (SDE), dentro do novo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, a titular do órgão, Mariana Tavares de Araujo, explicou que a SDE passará a integrar a estrutura do Cade.

Para Heráclito, governo Lula maltrata o Piauí

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) acusou ontem o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de tratar mal o Piauí, fazendo promessas ao governador Wellington Dias que não são cumpridas.

Exemplo disso teria sido a informação de que o presidente destinaria R\$ 1 bilhão para ajudar as vítimas das enchentes. Na hora da liberação dos recursos, segundo o senador, o valor foi reduzido para "apenas R\$ 12 milhões".

Heráclito condenou a retirada da



Heráclito Fortes

construção da barragem do Castelo, no rio Poti, do Programa de Aceleração do Crescimento. Segundo ele, a obra teria reduzido a força das águas em Teresina e em outras cidades.

– Isso sem falar das estradas intransitáveis do sul. Infelizmente, o PAC no Piauí é uma grande piada – lamentou.

O senador criticou ainda o fato de, apesar da falta de dinheiro, Wellington Dias ter destinado R\$ 1 milhão para a produção de um filme sobre o cantor Frank Aguiar.

Flávio Arns lamenta falecimento de Fani Lerner

Voto de pesar pelo falecimento de Fani Lerner, esposa do ex-governador do Paraná Jaime Lerner, foi proposto por Flávio Arns (PT-PR). A ex-primeira-dama morreu no último dia 21, vítima de câncer. Segundo o senador, Fani foi uma pessoa "que dignificou a existência humana, dando a ela o selo profundo e sincero de amor ao próximo".

– O Paraná e Curitiba choram sua ausência física e sentem-se orgulhosos de terem podido contar com dona Fani – destacou.



Flávio Arns

Arns também lembrou o trabalho realizado por ela na Pastoral da Criança, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao lado de Zilda Arns, efetuada inclusive nas secretarias de Proteção à Criança de Curitiba e do Paraná, e que rendeu a Fani Lerner o Prêmio Criança e Paz, do Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (Unicef), em 1997, entre outros.

O senador pediu que fossem encaminhados votos de pesar a Jaime Lerner, às filhas e aos netos de Fani Lerner.

ACM Júnior celebra 50 anos das Obras Sociais Irmã Dulce

Grupo criado pela religiosa, que recebeu o título de Venerável do papa Bento XVI, reúne 3 mil funcionários que realizam 4 milhões de atendimentos gratuitos por ano

O SENADOR ANTONIO Carlos Júnior (DEM-BA) propôs ontem voto de congratulações ao grupo Obras Sociais Irmã Dulce pelos 50 anos de sua fundação e pelos 95 anos de nascimento de sua criadora. Nascida em 26 de maio de 1914, Irmã Dulce faleceu em 13 de março de 1992.

São 3 mil funcionários que realizam 4 milhões de atendimentos anuais gratuitos a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), idosos, portadores de deficiência, crianças e adolescentes de baixa renda nas áreas de saúde, assistência social, educação, ensino médico e pesquisa científica.

"Hoje a Bahia está em festa. Os humildes agradecem as obras



Antonio Carlos Júnior homenageia Irmã Dulce: "Hoje a Bahia está em festa"

e o legado de Irmã Dulce, o Anjo Bom da Bahia, a quem o papa Bento XVI concedeu o título de Venerável, penúltima etapa para sua beatificação", assinala Antonio Carlos Júnior.

Também foi homenageado o



carateca Lyoto Machida, a quem Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) sugeriram voto de aplauso pela conquista do título mundial do Ultimate Fighting Championship, na categoria meio-pesado.

Magno Malta comemora prisão de político acusado de pedofilia

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), comemorou a prisão do ex-deputado estadual do Pará Luiz Afonso Sefer, ocorrida na manhã de ontem no Rio de Janeiro. Ele lembrou que, quando a CPI esteve em Belém, Sefer foi denunciado pelo bispo de Marajó, dom Luiz Azcona, de ter abusado sexualmente de uma menina de nove anos.

– Foram três dias de muita pressão em Belém. Luiz Sefer

tinha muito poder, mas ele foi desmascarado quando prestou depoimento à CPI e terminou perdendo o mandato. Sua prisão mostra que os tempos mudaram no Brasil. Ele não é um qualquer. A CPI está acossando figuras importantes, como empresários de Catanduva [SP]. Quem pensa que fugirá do relatório final da comissão está enganado. Nós não cederemos diante de pressão – afirmou Magno Malta.

O senador também cumpriu o Conselho Tutelar e



Senador diz que CPI "desmascarou" o ex-deputado estadual Luiz Sefer

a Justiça do Espírito Santo pela prisão de um casal acusado de espancar e torturar uma menina de nove anos na cidade de Serra.



Senador aponta "negligência e incompetência" da governadora

Mário Couto critica situação da saúde no estado do Pará

Mário Couto (PSDB-PA) voltou a criticar a gestão da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa. O senador citou reportagem que mostrou pacientes com câncer que dependem da rede pública esperando há meses para fazer tratamento de radioterapia, sendo que existem equipamentos comprados há pelo menos dois anos que não foram ainda instalados. Para ele, isso é "negligência e incompetência".

Os aparelhos – quatro aceleradores lineares que destroem as células dos tumores –, que poderiam salvar muitas vidas, disse, estão encaixotados em hospitais de Belém e do interior.

Mário Couto observou que até gostaria de elogiar Ana Júlia, mas a atuação da governadora deixa a desejar tanto nas áreas de saúde e educação e, principalmente, segurança pública, já que os paraenses vêm sofrendo com o aumento da violência, apontou.

– A incompetência faz o povo sofrer – declarou.

O parlamentar criticou ainda gastos feitos pelo governo do estado com a publicação *Governo Popular*, considerados por ele como desnecessários.



Para Dornelles, lista partidária acentua defeitos do sistema atual

Dornelles propõe voto distrital para deputados

A adoção do voto distrital é uma forma de acabar com as distorções que existem no atual sistema de eleição proporcional para escolha de deputados, defendeu ontem o senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Uma dessas distorções faz com que candidatos com 100 mil votos sejam derrotados e candidatos com 10 mil votos sejam eleitos, assinalou.

A reforma política em debate na Câmara, no entanto, em vez de corrigir, aumenta os defeitos do sistema proporcional. Assim, a proposta do sistema de listas, em que os eleitores votariam nos partidos e não diretamente nos candidatos, tiraria do eleitor o direito de escolha, na opinião de Dornelles.

Como a adoção do voto distrital é complexa, o senador propôs o "distritão", uma solução intermediária pela qual cada estado seria considerado um distrito e a eleição proporcional seria substituída pela majoritária, de modo que os candidatos mais votados ocupariam os lugares correspondentes às bancadas estaduais na Câmara.

Crivella destaca necessidade de pacto federativo

Marcelo Crivella (PRB-RJ) fez um apelo aos líderes partidários da Casa para que indiquem os membros da comissão temporária que deverá discutir e propor a adoção de um novo pacto federativo no Brasil.

O senador destacou a importância de se estabelecer no país um novo modelo de repartição das receitas tributárias que possibilite, por exemplo, a melhoria das condições de um município como Belford Roxo, na Baixada Fluminense, onde somente 30% dos habitantes têm acesso à água



Marcelo Crivella

encanada. – Como é que um município com 600 mil habitantes não tem dinheiro para investir em saneamento? Isso é pacto federativo, isso é redistribuição de recursos fiscais? Nós precisamos reestudar isso – alertou.

A comissão, cuja criação foi aprovada na semana passada, deverá ser composta por 15 senadores, três de cada região, e igual número de suplentes. O colegiado deverá concluir seus trabalhos no prazo de 120 dias.

Inácio Arruda defende acordo sobre Alcântara

A aplicação do acordo internacional entre Brasil e Ucrânia, já aprovado pelo Congresso, que poderá consolidar a base de Alcântara (MA) como plataforma de lançamento de foguetes de grande porte, foi defendida por Inácio Arruda (PCdoB-CE).

No próximo mês, o acordo será tema de audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em data a ser definida, com a participação dos ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende.



Inácio Arruda

Segundo o senador, o acordo permite à Aeronáutica receber R\$ 62 milhões, que darão condições para que a base de Alcântara se consolide como centro lançador de foguetes, e contribuirão para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país.

– Essa missão não é apenas da Aeronáutica, mas de todo o povo brasileiro, dos governantes, da sociedade, dos pesquisadores, da inteligência brasileira, para que a gente possa dar respostas positivas no campo da engenharia aeronáutica – afirmou.